



I Seminário

Penafiel e Penafidelenses na História

Penafiel, 29 de outubro de 2016

Amigos do Arquivo de Penafiel

Auditório do Museu Municipal

Alguns preços de géneros em Penafiel nos inícios do séc. XIX (1800-1825)

José Barbosa

PALAVRAS-CHAVE

Época Moderna; Agricultura; Preços.

RESUMO

A presente comunicação propõe-se a analisar e interpretar a evolução dos preços de alguns géneros agrícolas – trigo, milho grosso, centeio, azeite e vinho verde - consumidos em Penafiel e vendidos nas feiras da cidade nos dias 10 e 24 de cada mês. As principais fontes utilizadas foram os *Livros de Estiva* da Câmara Municipal de Penafiel, de onde retiramos os valores mínimos, médios e máximos dos preços para cada ano. Procurou-se compreender a dinâmica dos preços em Penafiel inserindo-a no contexto nacional e também internacional. O estudo compara a evolução dos preços em Penafiel com os de outras localidades para as quais há dados disponíveis (caso de Lisboa, Porto, Tibães, Ponte de Lima, Viseu e Coimbra), no sentido de apurar tendências nacionais e locais.

COMUNICAÇÃO

Considerações prévias: o objeto de estudo e fontes

O presente trabalho surge no seguimento de um outro por mim elaborado, intitulado “A Câmara Municipal de Penafiel: 1810-1813”. Trata-se da continuação de um dos tópicos abordados, mas que aqui merece uma maior profundidade. O objetivo passa por identificar os preços, sendo estes depois interpretados tendo em conta a conjuntura regional, nacional e internacional, tentando encontrar algumas explicações para tais valores, levando sempre em conta as normais dificuldades que este tipo de estudo implica. Pretende-se que esta investigação seja da maior relevância não só para a historiografia de Penafiel, mas também nacional,

constituindo assim mais um estudo sobre preços que, apesar de curta duração, e abrangendo um reduzido número de géneros, ajuda a uma maior perceção da realidade económica regional no período. Além disso, este estudo analisa os preços de uma localidade que se situa numa área tradicionalmente mais produtora do que consumidora, indo ao encontro da ideia que Aurélio de Oliveira defendeu, de que é preciso um afastamento do litoral onde o abastecimento pelo mar é fácil rumo às regiões produtoras, para que se tenha uma melhor perceção do “verdadeiro preço” dos produtos agrícolas¹.

As principais fontes utilizadas foram os *Livro da Estiva n.º1 e 2* [1804-1815 e 1815-1827], onde eram anotados os preços praticados nas feiras da cidade². São uma fonte importante para o estudo económico do período, mas apresentam alguns problemas. Vitorino Magalhães Godinho informa-nos sobre o método de fixação de uma estiva camarária: “para a liquidação dos frutos, pelo S. Miguel no Norte e por Santa Maria no Sul, as Câmaras convocavam uma junta de louvados que declaravam os preços menor, supremo e médio das transações no mercado, efetuando-se as liquidações de acordo com essas estivas”³. Os valores não resultavam assim do registo semanal ou mensal, mas da observação do mercado num período mais alargado, normalmente um ano. Este tipo de fonte foi usada por Fernando Pinto Loureiro no seu artigo *Preços do trigo e do milho em Lisboa e Coimbra no primeiro vinténio do século XIX*, para estudar os preços de Coimbra. O autor alerta os leitores no sentido de “evitar confusões e não supor que se trata de estiva no sentido estrito e técnico, sentido em que tem sido considerada como taxa”, ou seja, o livro de estiva contém o registo dos preços de mercado e não preços impostos pela Câmara⁴.

Nos livros de estiva de Penafiel encontramos, para os anos entre 1800⁵ a 1809, informações sobre os valores mínimos, médios e máximos anuais para o trigo, centeio, milho-miúdo, milho grosso, feijão, vinho verde e azeite. A partir de 1810 encontramos os preços para um rol cada vez maior de produtos, normalmente para os dias de feira⁶. Os cereais estavam livres de tabelamento camarário, pelo que estão mais próximos dos valores de mercado. Já os preços do vinho verde, azeite e carne estavam constantemente a ser tabelados pelas posturas municipais. Temos assim dois tipos diferentes de preços nos livros de estiva: livres de controlo e preços tabelados.

O valor das posturas era revisto com alguma regularidade. As transações deveriam ser feitas de acordo com o novo valor até uma nova indicação surgir. Em 1811 as posturas foram atualizadas três vezes, e em 1812 quatro, o que evidencia que a Câmara tentava acompanhar os valores de mercado, apesar de o fazer por

¹ OLIVEIRA, Aurélio - Mercados a norte do Douro: algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a impotência dos mercados regionais (séculos XVII-XVIII). *Revista da Faculdade de Letras : História*. Porto: Universidade do Porto. [Em linha]. Porto. II série, vol. 2 (1985), p. 156-158. [Consul. 14 ago. 2016]. Disponível na internet: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8338/2/1948.pdf>. ISSN 0871-164X.

² “Dou comissão ao Senhor Dom António de Almeida para que em meu nome rubrique e numere este livro, que ha de servir para as estivas, ou preços do pam de feira a feira, que nesta cidade se fazem no dia 10 e 24 de cada mes e lhe prova termo de encerramento no fim” - ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL (A.M.P.) - *Livro da Estiva n.º1*. 1804-1815. Acessível no Arquivo Municipal de Penafiel, Portugal.

³ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Introdução à História Económica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1970, p. 102.

⁴ LOUREIRO, Fernando Pinto - Preços do trigo e do milho em Lisboa e Coimbra no primeiro vinténio do século XIX. *Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra. Vol. II, n.º 2 (1953), p. 34-38.

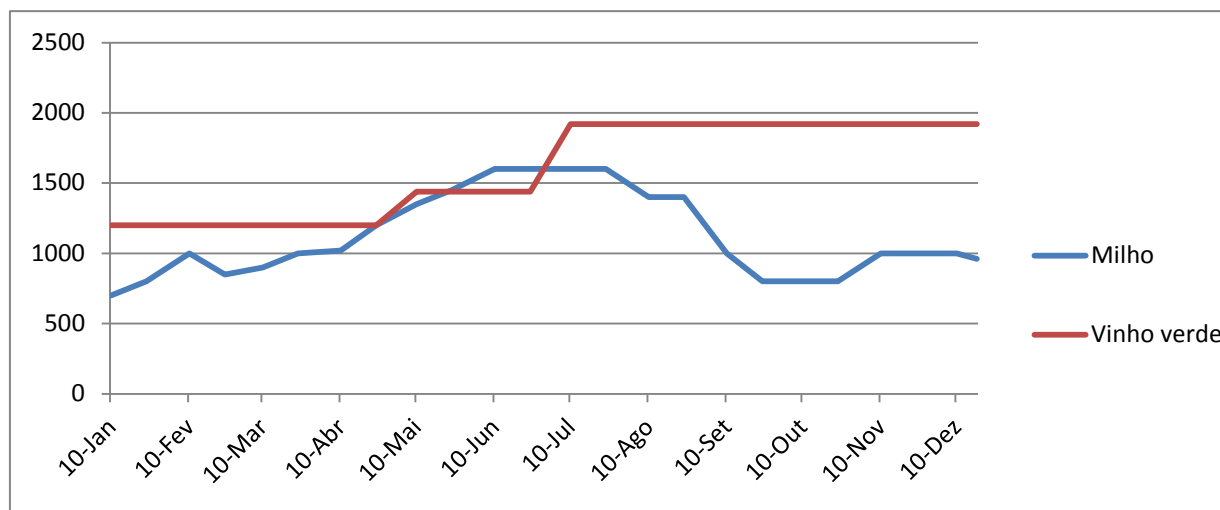
⁵ Apesar de no livro estar indicada a cronologia 1804-1815, também encontramos os dados referentes aos anos de 1800 a 1803.

⁶ As feiras realizavam-se aos dias 10 e 24 de cada mês. Em alguns anos temos mais preços mensais para além destes.

pressão dos comerciantes. O facto de encontrarmos várias denúncias e coimas a ser aplicadas aos infratores, indica que houve controlo por parte da Câmara⁷.

O gráfico seguinte demonstra bem as diferenças entre os dois tipos de preços. Os dados referentes ao milho recolhidos no ano de 1810 evidenciam grande variação ao longo do período, enquanto os preços do vinho revelam uma estabilidade maior, em virtude das já referidas posturas:

Gráfico I – Preço do milho grosso e do vinho verde em 1810



Fontes: A. M. P. – Livros de Estiva n.º 1

Os preços mínimos, médios e máximos, estando sujeitos a um controlo humano de observação anual, levantam obviamente algumas dúvidas quanto à sua fiabilidade, tendo em conta as variações que ocorriam ao longo do ano, verificadas nos anos em que dispomos dos preços bissemanais. Mais, se considerarmos o facto dos valores médios apresentados serem sempre números muito redondos quando comparados com as médias calculadas nos períodos em que temos os valores mensais, leva a crer que os preços eram também arredondados pelas pessoas que os observavam⁸. Face a estes problemas o historiador não pode ficar indiferente, apesar de não retirar valor à fonte.

O presente trabalho contém ainda uma tabela com os valores mínimos, médios e máximos de 1800 a 1825. Para os anos em que não tínhamos esses três valores (1810 a 1814), estes foram calculados a partir dos preços bissemanais. O ideal seria sempre publicar *todos* os preços, apesar de incompletos, mas infelizmente não é possível fazê-lo por limitações de paginação.

Foi escolhida a cronologia 1800-1825 por ser precisamente no ano de 1800 que encontramos as primeiras anotações dos preços praticados nas feiras. Ainda assim os produtos que temos nos primeiros anos são poucos, aumentando o seu número com o passar do tempo. Desta forma, foram escolhidos cinco produtos

⁷ BARBOSA, José Luís dos Santos - **A Câmara de Penafiel (1810-1813)**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016. Dissertação de seminário em História da Época Moderna policopiada, p.13-14, 21-22 e anexos: tabela VIII e tabela XII.

⁸ A.M.P. - **Livro da Estiva n.º1**. 1804-1815. Acessível no Arquivo Municipal de Penafiel, Portugal. Ver também: A.M.P **Livro da Estiva n.º2**. 1815-1827. Acessível no Arquivo Municipal de Penafiel, Portugal;

de grande consumo à época - milho, trigo, centeio, azeite e vinho verde - e cujo preço possuímos de forma ininterrupta dentro da cronologia estudada. A escolha de 1825 como data de fim do estudo não tem uma justificação em particular. Curiosamente é o ano anterior à crise financeira de 1826, que teve impacto um pouco por todo o mundo e serve assim de referencial simbólico para o fim deste trabalho⁹. Foram também consultados os *Livros de Atas* e o *Livros de Leis, Ordens e Provisões*¹⁰, como forma de completar com informações adicionais que pudessem ajudar na interpretação dos preços, ou na descrição económica do concelho.

Estado da arte

O interesse do Homem na economia é bastante antigo. Mas somente a partir do séc. XIX é possível documentar o interesse pela vida económica de forma sistemática e com alguma continuidade. Não é o objetivo deste trabalho fazer o périplo pela história económica, mas convém fazer uma referência a um grupo de historiadores que marcou um fase de transição, sobretudo na história sobre os preços. Em 1922 Dmitrievich Kondratieff apresentou a sua ideia de ciclos longos, que ainda tem uma grande influência na comunidade académica. Já na década de 30 são publicados diversos trabalhos de Simon Kuznets, François Simiand, C. E. Labrousse e Earl Hamilton. Foram responsáveis por uma nova história económica, essencialmente estatística, preocupada em apresentar e interpretar grandes séries de preços, indicadores gerais do movimento conjuntural. Isto contrastava com a historiografia anterior, ainda baseada em dados isolados, sem qualquer cuidado sistemático¹¹.

O estudo dos preços em Portugal no Antigo Regime é um tema ainda pouco explorado. Talvez pela sua dificuldade ou complexidade, não tem conseguido atrair as várias gerações de historiadores no sentido deste tipo de estudo. Vitorino Magalhães Godinho foi o primeiro a fazer uma séria tentativa de lançamento desta temática para o campo historiográfico nacional. A sua obra *Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850*¹², (1955) foi um marco, mas não conduziu a novos estudos sobre a temática. Depois, em 1970 volta ao tema com *Introdução à História Económica*¹³, com mais dados quantitativos, transformando-se esta obra na base de estudo de qualquer tema da História Económica nacional. Mais recentemente, em 2009, o projeto *Prices, Wages and Rents in Portugal 1300-1910*¹⁴, da autoria de um grupo alargado de investigadores, elaborou a difícil tarefa de criar uma grande base de dados a partir de fontes históricas ou estudos. Contém muitos preços e salários para vários períodos e regiões de Portugal, contando para isso com preciosos dados recolhidos por Vitorino Magalhães Godinho, entre outros estudos ou fontes. São estes os trabalhos que melhor compilam as informações existentes e permitem uma base sólida para futuras investigações.

⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Introdução à...*, *Cit.*, p. 181.

¹⁰ A.M.P. - *Livros de Atas n.º 12*. 1803-1815. Acessível no Arquivo Municipal de Penafiel, Portugal. Ver também: A.M.P. - *Livros de Ordens, Leis e Provisões n.º 6*. [1807-1825]. Acessível no Arquivo Municipal de Penafiel, Portugal.

¹¹ GODINHO, V. – *Introdução à...*, *Cit.*, p. 50-55

¹² GODINHO, Vitorino Magalhães - *Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850*. 1ª Ed. Paris: Armand Colin, 1955. ISBN 9782312033785.

¹³ GODINHO, V. – *Introdução à...*, *Cit.*

¹⁴ AMORIM, Inês, et. al. - *Prices, Wages and Rents in Portugal 1300-1910* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. [Consul. 15-08-2016]. Disponível na Internet em <http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>.

Outros estudos foram surgindo, mais localizados no espaço e com menor abrangência, mas igualmente importantes do ponto de vista quantitativo: *Preço do azeite e de outros géneros, em Lisboa, nos séculos XVII, XVIII e XIX*, de Artur Salvador (1961)¹⁵, *Elementos para a história dos preços na região bracarense: 1680-1830*, de Aurélio Oliveira (1973)¹⁶, *Os Preços dos Cereais em Ponte de Lima (1625-1925)*, de António M. dos Réis (1980)¹⁷, *Consumo, preços e salários (1760-1830)*, de Nuno Luís Madureira (1996)¹⁸, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*, (2002)¹⁹, de João Nunes de Oliveira, só para citar alguns exemplos. Mas apesar da aparente variedade de estudos que já existem, é notório que o puzzle ainda está muito incompleto, sendo preciso mais investimento neste sentido.

A conjuntura política e económica nos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX

Após a década de 70 do séc. XVIII, Portugal iniciava uma fase de crescimento sustentável, que contrariava a tendência das duas décadas anteriores. Aproveitando a conjuntura internacional mais favorável, apoiando-se na força das colónias e no seu exclusivo comercial e numa melhor interligação entre os seus setores económicos, Portugal vai conseguir esse crescimento essencialmente apoiado na força do seu comércio²⁰. Contudo, nos inícios do séc. XIX, principalmente a partir de 1807, a situação inverter-se-á rapidamente. Os conflitos militares iniciados com a Revolução Francesa vão-se alastrando a todo o continente, e Portugal, apesar de querer manter a sua neutralidade, viria a ser arrastado para esta onda de conflitos. Assim, a Guerra das Laranjas, a Guerra Peninsular e a Revolta de Gomes Freire de Andrade são três exemplos de como os conflitos militares vão causar fortes perturbações na economia em geral²¹.

O comércio era o setor mais pujante na viragem do século. Entre 1720 e 1800 a balança comercial vai estar quase sempre em terreno negativo, excetuando o ano de 1795. No ano de 1755 atinge o valor mais baixo, 6000 contos de reis, por influência do terramoto. Em 1802 já temos uma situação muito diferente, com a balança comercial positiva, a rondar também os 6000 contos, e conseguiria ainda melhores resultados em 1804, 1806 e 1807²². Até à 1ª Invasão Francesa, o comércio não dava sinais de abrandar, daí que alguns historiadores considerem que entre os inícios de 1780 até às invasões francesas, Portugal atravessou uma das suas melhores fases comerciais de sempre. Por exemplo, entre 1796 e 1807 conseguiu ter uma balança comercial positiva com todos os seus maiores parceiros, e para tal muito contribuiu uma melhoria da indústria nacional²³.

¹⁵ SALVADO, Artur - Preço do azeite e de outros géneros, em Lisboa, nos séculos XVII, XVIII e XIX, *Boletim da Junta Nacional do Azeite*, ano XVI, nº 16. Lisboa (1961).

¹⁶ OLIVEIRA, Aurélio de - Elementos para a história dos preços na região bracarense: 1680-1830: II. *Bracara Augusta*. Braga. ISSN 111-111-111. Vols. 25-26, (1971-1972).

¹⁷ REIS, António Matos dos - O preço dos cereais em Ponte de Lima (1625-1925). *Separata de Almanaque de Ponte de Lima*. Braga (1980).

¹⁸ MADUREIRA, Nuno Luís - Consumo, preços e salários (1760-1830), *Ler História*, nº 32 (1990).

¹⁹ OLIVEIRA, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Palimage: Viseu (2002). ISBN 9728575319.

²⁰ SERRÃO, José Vicente – O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução. In *História de Portugal: O Antigo Regime*, MATTOSO, José (Dir.), HESPAÑA, António (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. ISBN 972-42-0715-3. Pt. 4, p. 71-73.

²¹ MENDES, J. Amado – Evolução da economia portuguesa. Crise económica na última fase do Antigo regime. In *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*, MATTOSO, José (Dir.), TORGAL, Luís Réis e ROQUE, João Lourenço (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0752-8, Pt. 5, p. 315-317.

²² COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro, e MIRANDA, Susana Münch – A Consolidação 1703-1807. In *História Económica de Portugal 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p.246-264.

²³ SERRÃO, J. – O quadro económico..., *Cit.*, p. 109-111.

Apesar da Guerra das Laranjas já demonstrar algumas perturbações na economia, a partir do ano de 1807 vão ocorrer uma série de acontecimentos nefastos e que vão pôr fim a toda a prosperidade que existia na economia portuguesa. Por um lado temos as Invasões Francesas, entre 1807 e 1811. Três invasões que provocaram milhares de mortos e incalculáveis prejuízos materiais, desregulando a economia portuguesa durante os anos seguintes e mergulhando o país numa crise profunda²⁴. Por outro lado temos tratados, cartas régias e alvarás²⁵ que terminaram com o exclusivo comercial português no Brasil, e abriram o espaço comercial à concorrência estrangeira, especialmente britânica, permitindo a implantação de indústrias no Brasil, o que afetou seriamente a economia da metrópole²⁶. A ocupação francesa trouxe consigo pesadas indenizações e contribuições de guerra sobre o povo. Além disso, as passagens dos exércitos provocavam as habituais pilhagens e destruição. As dívidas aumentaram significativamente, a concorrência inglesa prejudicou muito o comércio e não havia quem trabalhasse a terra. Com a família real no Brasil, a metrópole parecia abandonada à sua sorte²⁷.

Idos os franceses ficaram as ideias liberais. Desde o início da Revolução Francesa que estas circulavam um pouco por todo o continente e em Portugal encontraram muitos simpatizantes. Com o fim da guerra começava a surgir um sentimento nacional e antibritânico, não só contra estes últimos que eram quem governava de facto a metrópole, tendo também como alvo o rei que estava imóvel no Brasil. O movimento revolucionário que Gomes Freire de Andrade iniciou foi uma prova disso, mas falhou, sendo ele e os outros conjurados condenados à morte. Já o movimento de 1820 conheceria outro desenvolvimento, e o seu sucesso abalou as estruturas que tinham existido no nosso país durante séculos²⁸. O Liberalismo não trouxe a estabilidade que se desejava. Ainda assim é de realçar algumas inovações importantes, como a criação do Banco de Lisboa (1821), redução dos tributos fixados em forais (1822) ou a extinção de todas as portagens (1823), só para citar alguns exemplos²⁹.

A agricultura na viragem do século

A agricultura portuguesa na Época Moderna era diversa, e variava muito de região para região. Podemos dividir o território nacional de então em três grandes regiões agrícolas: o Norte-litoral (de clima ameno, mais chuvoso, cuja proximidade a rios caudalosos ajuda à fertilidade dos solos - que englobava o Minho e parte da Extremadura), o Norte-interior (de clima mais agreste e seco, com maiores amplitudes térmicas, difícil acesso à água - de Trás-os-Montes à área da Serra da Estrela) e o Sul (de influência Mediterrânica, com verões longos

²⁴ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de - As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais: Lutar e negociar. O exército inglês e a convenção de Sintra. In **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**, MATTOSO, José (Dir.), TORGAL, Luís Réis e ROQUE, João Lourenço (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0752-8, Pt. 5, p. 37-40.

²⁵ O tratado de 22 de outubro de 1807; carta régia de 28 de janeiro de 1808; alvará de 1 de abril de 1808; tratado de 19 de fevereiro de 1810.

²⁶ MENDES, J. - Evolução da economia portuguesa..., *Cit.*, p. 315-317.

²⁷ RAMOS, Rui - Invasões Francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820). In **História de Portugal**, RAMOS, Rui (coord.), 8ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2015. ISBN 978-989-626-366-9, p. 439-453.

²⁸ VARGUES, Isabel Nobre- O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**, MATTOSO, José (Dir.), TORGAL, Luís Réis e ROQUE, João Lourenço (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0752-8, Pt. 5, p. 45-56.

²⁹ MENDES, J. - Evolução da economia portuguesa..., *Cit.*, p. 315-323.

e secos, escassez de água longe dos grandes rios – correspondia aos atuais Ribatejo, Alentejo e Algarve)³⁰. As produções principais eram os cereais, destinados ao consumo e em que Portugal não era autossuficiente, e o vinho, o azeite e as frutas, produtos que para além da subsistência se destinavam à exportação. Nos cereais mais cultivados constavam os medievais, como o trigo e o centeio, além do milho, introduzido no século XVI e difundido nos séculos XVII e XVIII. Na região do Norte-litoral, mais fértil, predominava o milho. O centeio era mais abundante no Norte-interior do país, pois adaptava-se melhor a terrenos mais pobres. No sul predominava o trigo, cujas regiões mais produtoras se encontravam no Ribatejo e Alentejo. Apesar desta divisão, todos os tipos de cereal eram produzidos um pouco por todo o território. No Algarve, abundavam as árvores de fruto características das regiões mediterrânicas, como a figueira ou a amendoeira.

A vinha era a segunda cultura mais difundida. Teve um grande impulso a partir dos finais do séc. XVII, espalhando-se um pouco por todo o país, mais próxima aos grandes rios, nomeadamente na região do Douro. A oliveira expandiu-se de Sul para Norte. No século XVII já se encontrava em alguns pontos do Minho e Trás-os-Montes, mas estava implementada essencialmente nos arredores de Lisboa e Coimbra, assim como um pouco por toda a Beira Baixa e Alto Alentejo³¹.

Na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX, a situação em que se encontrava a produção destas três culturas não era idêntica. Enquanto o vinho e o azeite eram setores produtivos e mais rentáveis, os cereais estavam numa crise, não conjuntural, mas sim estrutural. Aurélio de Oliveira, um dos historiadores que mais se debruçou sobre a agricultura, principalmente no norte de Portugal, explica esses fatores em vários artigos que escreveu, contrariando ao mesmo tempo uma ideia algo generalizada sobre crise estrutural da agricultura portuguesa. Não eram as fracas condições climáticas em Portugal ou a inaptidão dos portugueses que justificavam os baixos níveis de produção e a consequente dependência do estrangeiro. Os reais motivos prendiam-se com outros fatores: em primeiro lugar a concorrência estrangeira - os cereais “do mar” entravam em Lisboa sem pagar taxas, logo a baixo preço, demasiado baixo para os padrões nacionais; as dificuldades de circulação impostas pela falta de vias de comunicação e transporte, mas também pelas câmaras municipais, a quem competia assegurar o abastecimento dos concelhos e por esse motivo controlavam, de forma apertada a saída de produtos, em particular dos cereais (daí o autor apelidar as câmaras de “minifúndios administrativos que anularam o interesse em produzir além do que era necessário para a sobrevivência”); a maior rentabilidade de outros produtos, como o vinho, que acabou por ocupar espaços que podiam ser benéficos para o cereal, optando os agricultores pela vinha em nome de maiores rendimentos; as taxas, foros e dízimos que incidiam sobre estas culturas, e que deixavam um lucro reduzido para aqueles que cultivavam a terra. São estes os principais problemas que desmotivavam as populações a produzir o cereal além do que era necessário para a sua sobrevivência, daí se considerar que a agricultura era um setor bloqueado³².

O vinho era igualmente importante na alimentação do português do Antigo Regime. Para Aurélio de Oliveira, o vinho beneficiava de uma maior liberdade de circulação, sendo taxado pelos municípios para se

³⁰ PEDREIRA, Jorge – O processo económico. In **História Contemporânea de Portugal: 1808-2010: O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834** (Vol. 1), PEDREIRA, Jorge e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). Carnaxide: Objectiva, 2013. ISBN 978-989-672-186-2, p. 126-130.

³¹ SERRÃO, J. – O quadro económico..., *Cit.*, p. 71-82.

³² OLIVEIRA, Aurélio – O Pão e o Vinho no País do Douro. **Douro: estudos & documentos**. [Em linha]. Vol. 11, n.º 20 (2005), p. 45-51. [Consult. 14 ago. 2016]. Disponível na Internet: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/27900/2/aurelioliveiradouro2000098095.pdf>. ISSN 0873-3899, p. 255-261.

obterem receitas extra ou para ajudar a suportar a entrada livre de outros produtos, muitas vezes cereais. Com esta liberdade de circulação, o seu consumo ultrapassou as estritas necessidades familiares, sendo possível abastecer o mercado em maior quantidade³³. A vinha era também uma cultura que se dava bem na generalidade dos solos do nosso país. A produção confluía na sua maioria para Lisboa e Porto, grandes centros consumidores e exportadores. Por outro lado a procura externa também aumentou, em particular na Inglaterra, o que motivou a intensificação da produção, principalmente no Douro. A partir dos finais do séc. XVII as exportações para as ilhas britânicas vão aumentar substancialmente e vão representar uma grande fonte de receitas para o país³⁴. Esta foi a “receita do sucesso” do vinho, ou seja, a sua maior rentabilidade relativamente aos cereais motivava os agricultores, enquanto o cereal era “o mal necessário”.

É no Entre Douro e Minho que encontramos dois centros comerciais importantes para o comércio agrícola. Porto e Braga eram as cidades por onde circulavam mais mercadorias, tanto para exportação como as importadas. O Porto não tinha os mesmos níveis de consumo de Lisboa, pelo que muito do trigo que entrava nessa cidade seguia depois viagem para a capital ou Castela. O abastecimento deveria ser então feito pelas terras circundantes, daí que Aurélio de Oliveira tenha considerado que o Porto fosse mais representativo de um mercado nacional do que Lisboa, porque esta vivia mais do “trigo do mar”, que chegava a Portugal com preços com os quais os cereais nacionais não podiam concorrer. Em anos normais o Porto deveria sugar os excedentes do norte de Portugal, mas não significa que também não os pudesse colocar no mercado. Em maus anos o abastecimento poderia vir de Trás-os-Montes, descendo o rio Douro, ou então do exterior. Apesar disso, ao longo da Época Moderna o Norte deve ter sido quase sempre autossuficiente, mas não se crê que a produção tenha ido muito além desse limite³⁵.

A agricultura em Penafiel de meados do séc. XVIII a 1825

Não temos fontes muito concretas sobre os quantitativos da produção agrícola em Penafiel para o período em estudo, mas ainda assim podemos ter uma ideia geral. Por exemplo, pelas *Memórias Paroquiais de 1758* podemos ter um vislumbre de como seria a agricultura no concelho a partir das respostas à décima quinta pergunta da primeira parte do inquérito: “Quais são os frutos da terra que os moradores recolhem com maior abundância”. Quase todas as terras indicam o milho, sendo que a maioria especifica milho grosso como o mais abundante. A maioria faz também referência ao centeio e vinho verde, enquanto o azeite está presente em algumas delas, apesar das indicações referentes à produção serem um pouco distintas. O feijão era também uma cultura forte, presente também em muitas das terras, e as frutas também abundavam. Já o trigo só aparece mencionado em seis freguesias, sempre referido de “pouco” ou “algun”³⁶.

³³ OLIVEIRA, Aurélio – Os vinhos em Portugal (1300-1820). Um sector de sucesso na agricultura bloqueada do Antigo Regime. *Douro: estudos & documentos* [Em linha]. Vol. 12, n.º 22, (2007), p. 261-267. [Consult. 15 ago. 2016]. Disponível na Internet: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/30918/2/aurelioliveiradouro22000098099.pdf>. ISSN 0873-3899, p. 261-263.

³⁴ SERRÃO, J. – O quadro económico..., *Cit.*, p. 71-82.

³⁵ OLIVEIRA, A. - Mercados a norte..., *Cit.*, p. 131-147.

³⁶ COELHO, Manuel Ferreira - Concelho de Penafiel nas "Memórias Paroquiais" de 1758. *Separata de "Penafiel: Boletim Municipal de Cultura"*. Penafiel. ISBN 972-95091-5-8. 3ª Série", n.º 4/5 (1987/88), p. 261-334. A transcrição desta obra foi atualizada ao nível da pontuação, acentuação e maiúsculas.

Apesar de não termos os quantitativos de produção, as *Memórias* fornecem-nos alguns dados curiosos sobre algumas terras que não produziam o suficiente para alimentar as suas populações. Por exemplo, na memória da Eja encontramos: «Os frutos que os moradores desta freguezia recolhem, hê milham, senteyo, vinho, azeite, castanha e fruta, mas de tudo que não chega para o sustento dos moradores della, que para averem de passar esta miseravel vida os transportam de outras»³⁷; em Entre-os-Rios temos uma situação semelhante: «Os frutos que produs esta terra sam pam vinho azeite fruta doce e de espinho mas de toda em tam pouca abundancia que não basta para a mesma terra»³⁸; enquanto em Paço de Sousa: «Os fructos que se recolhem nesta Freguezia são milhão, milho miudo, e senteyo não chegão para a subsistência do povo, nem vinho, sendo o pão, e o vinho os frutos mais abundantes desta terra»³⁹; mais esclarecedora é ainda a resposta de Peroselo: «Os frutos que em maior abundancia colhem estes miseráveis freguezes he o milham, e também recolhem algú senteio e milho pequeno, e vinho verde do mais infimo que há neste Concelho que todo he necessario aos freguezes, para si, e trabalhadores, e me nam constou que se venda hua pipa inteira para fora da freguezia algú azeite muito pouco, se entende os lavradores que sam os menos, e muito mais os pobres que vivem so do seo continuo trabalho»⁴⁰.

Por outro lado, também temos indicação de grande abundância em algumas freguesias. Em Passinhos encontramos um desses exemplos: «He esta terra abundante dos frutos necessarios para a comservação da vida humana pruduzindo milhos, centeios, azeites, vinhos e frutas, porem os que maiz avultão em o lemitado deste paiz, são os primeiros coatro»⁴¹; na Portela temos uma situação semelhante: «perdus o valle desta freguezia bastante milho e senteo muito vinho verde, que hê dos mais generosos desta qualidade, hê tambem abondante de azeite, pordus muntas frutas, de diversas qualidades; hê habondante de agoas que manam da Serra do Mozinho, e fazem a este valle frotiforo»⁴²; assim como em Rio de Moinhos: «Esta freguezia dentro de seus lemites he bastantemente abundante de todo o necessario para a conservação de vida humana, como são as frutas, hortaliças, e em mais abundancia de milhão centeyo, vinho, e azeite; em tal forma que rendeo o fruto de azeite nesta freguezia no anno de mil sette centos, sincoenta, e sette, sette centos almudez, que todos forão fabricados, e moidos em sinco lagares, vulgo engenhos, que tantos se achão dentro dos lemites da freguezia»⁴³.

É certo que estes dados são muito limitados e imprecisos. Mas quanto aos tipos de cultura presentes na paisagem agrícola de Penafiel, não creio que estes tenham mudado consideravelmente no meio século seguinte, atendendo aos preços dos géneros⁴⁴, mas também à *Descrição historica e topografica da cidade de Penafiel*, que indica que na freguesia de Penafiel «São cultivadas as terras da freguezia segundo o estillo da provincia do Minho e por isso as suas principaes producções são o vinho verde, milho grosso ou milhão, senteio, milho miudo, feijão, azeite, linho e os lameiros». Segundo esta fonte em 1824 e 1825 produziram-se 849 e 980

³⁷ *Idem, Ibidem* – p. 283.

³⁸ *Idem, Ibidem* – p. 285.

³⁹ *Idem, Ibidem* – p. 308.

⁴⁰ *Idem, Ibidem* – p. 310.

⁴¹ *Idem, Ibidem* – p. 305.

⁴² *Idem, Ibidem* – p. 315.

⁴³ *Idem, Ibidem* – p. 323.

⁴⁴ Ver Tabela I – Preços em Penafiel. Vamos voltar a este tópico mais à frente neste trabalho.

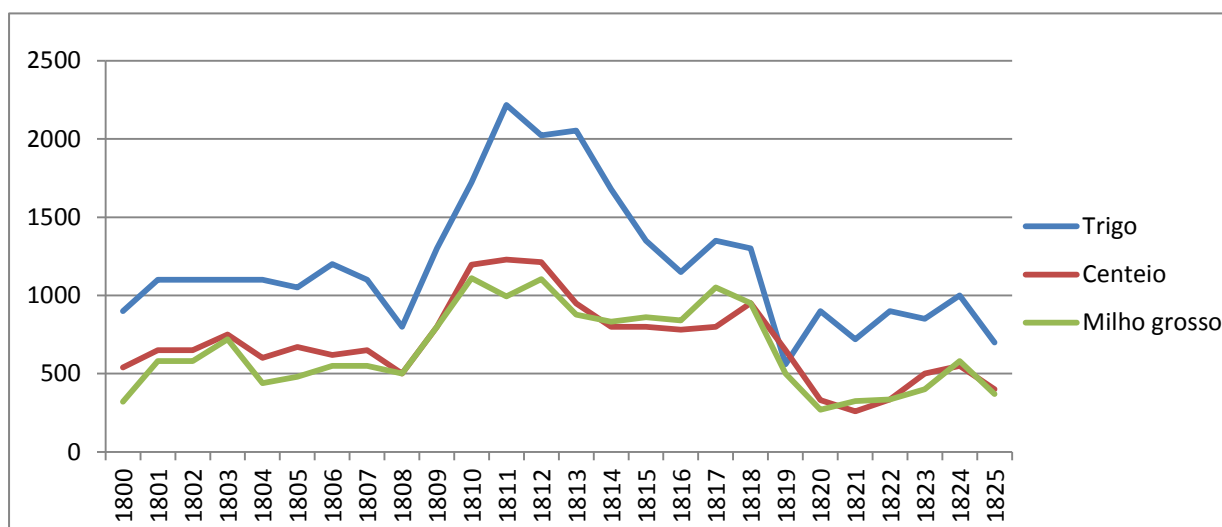
alqueires de milho grosso, respetivamente, o que corresponde ao triplo da produção de centeio, quarenta vezes mais a produção da cevada e cento e sessenta e nove vezes o valor da produção de milho-miúdo⁴⁵.

Os preços em Penafiel 1800-1825: estrutura e evolução

Neste capítulo vamos proceder à análise da evolução dos preços dos cereais, vinho verde e azeite, da seguinte forma: enquadrar os preços em Penafiel e as suas oscilações na conjuntura nacional; comparar os preços dos diferentes produtos e interpretá-los tendo em conta as informações recolhidas noutras fontes do concelho; comparar os preços e as suas oscilações em Penafiel com os de outras localidades; verificar a atuação camarária face a esta conjuntura.

No início da série, as oscilações dos diversos cereais andam próximas. Regista-se uma alta dos cereais de 1803 que vem no seguimento de maus anos agrícolas, verificados não só em Portugal mas um pouco por toda a Europa. Os anos de 1799 e 1800 foram marcados por fortes chuvas “como não havia memória”, enquanto o ano de 1802 registou baixas temperaturas⁴⁶.

Gráfico II – Preços dos cereais em Penafiel



Fontes: A.M.P. – Livros de Estiva n.º 1 e 2

Verifica-se depois uma descida, seguida de estagnação, dos cereais até 1808. Aparentemente o Bloqueio Continental de 1807 não teve efeito.

⁴⁵ GARCIA, Isabel Margarida Teixeira Dias de Bessa – *Uma descrição oitocentista de Penafiel: A Descrição histórica e topográfica da cidade de Penafiel, por António d’Almeida*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002 (Trabalho elaborado no âmbito da cadeira Análise Paisagística Histórica, do CEACA da Faculdade de Letras – CCEFA), p. 186-189.

⁴⁶ SOUSA, Fernando – A População Portuguesa nos Inícios do Séc. XIX. *População e Sociedade* [Em linha].N.º 2 (1996), p. 17-22. [Consult. 14 ago. 2016]. Disponível na Internet: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade/revista-populacao-e-sociedade-no-2/ler-em-flash>. ISSN 0873/1861, p. 17-19.

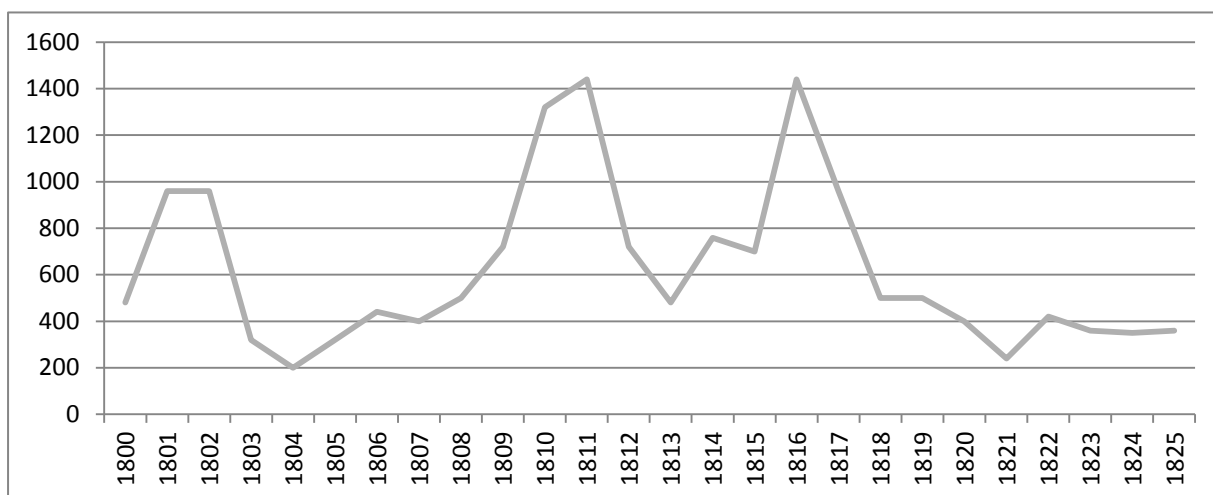
Segue-se uma subida vertiginosa dos cereais nos anos de 1809 a 1810⁴⁷, mantendo-se os preços em alta até 1812/13, evolução causada pelas Invasões Francesas, especialmente a 2ª que passou por Penafiel. Além disso, o fim do exclusivo comercial do Brasil, assim como o Tratado de Comércio com a Inglaterra trouxeram maior concorrência ao comércio português⁴⁸.

As curvas descrevem uma inversão de tendência, principalmente nos preços do trigo e centeio até 1816/1817, subindo um pouco em 1818, mas caindo para valores mínimos em 1819. A alta de 1817 coincidiu com a revolta de Gomes Freire de Andrade, que mergulhou o país novamente em grande instabilidade, o que também afetou os preços⁴⁹.

As altas de 1817/18 terão motivado os agricultores a aumentar a produção, o que vai de certa forma justificar a grande baixa de preços em 1819, que vai ser caracterizada pelo excesso de oferta e conseqüente dificuldade em se escoar o produto. Para além de outros fatores que não conseguimos apurar, pode ser explicado como falha do “sistema liberal de comércio” português, devido à incapacidade dos negociantes portugueses relativamente à concorrência estrangeira. Os agricultores apostavam cada vez mais em mercados distantes, mas não conseguiam fazê-lo e tinham os seus produtos depreciados⁵⁰.

Já o preço do milho, o cereal consumido pelos grupos com menor poder de compra, não baixa tanto como os outros cereais. Volta a subir em 1817 e mantém-se alto em 1818. Talvez por ser o cereal mais abundante nesta região, a produção pode não ter recuperado os níveis anteriores a 1808.

Gráfico III – Preços do vinho verde em Penafiel



Fontes: A.M.P. – Livros de Estiva n.º 1 e 2

Quanto ao vinho, teve subidas de preço em 1801/1802, 1809/1811 e 1816. Algumas justificações podem ser dadas: entre 1799 e 1802 tivemos os já referidos maus anos agrícolas em virtude das condições

⁴⁷ Ano de 1808: trigo 800 reis; milho 500 rs; centeio 500 rs. Ano de 1810: trigo 1722 rs; milho 1111 rs; centeio 1197 rs. Ano de 1812: trigo 2024 rs; milho 1103 rs; centeio 1213 rs.

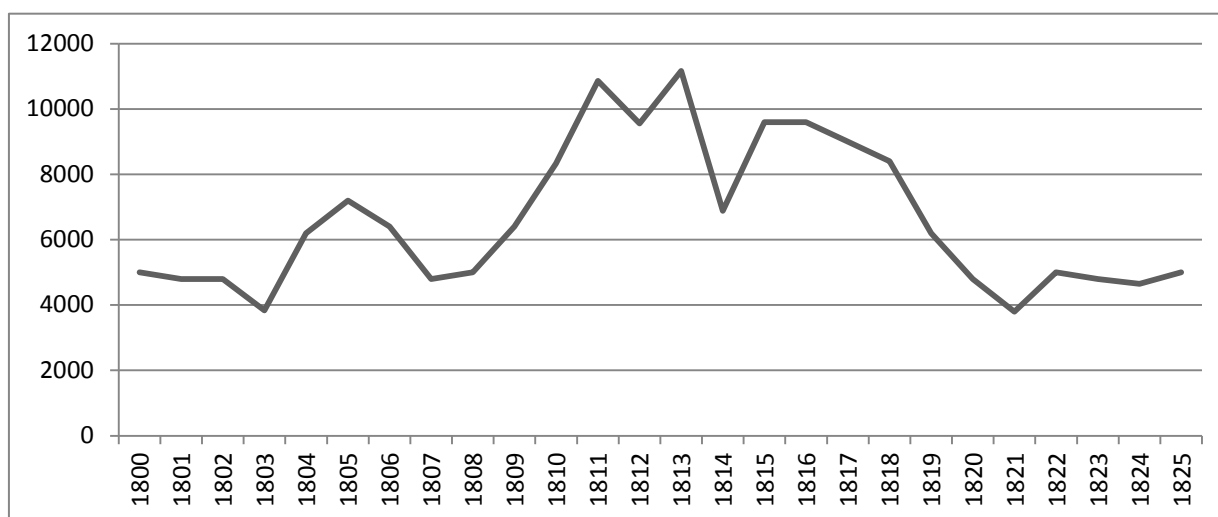
⁴⁸ MENDES, J. – Evolução da economia portuguesa..., *Cit.*, p. 315-317.

⁴⁹ MENDES, J. – Evolução da economia portuguesa..., *Cit.*, p. 315-317.

⁵⁰ RAMOS, R. – Invasões Francesas, tutela..., *Cit.*, p. 451.

climatéricas; em 1809 a colheita de vinho foi muito fraca, tendo inclusive motivado uma restrição à exportação⁵¹; em 1816 dá-se uma crise pontual, provavelmente causada por um mau ano agrícola em Penafiel; em 1819 há uma crise vitícola um pouco por todo o país, principalmente no Douro, também associada à dificuldade de escoamento do produto⁵², em parte causada pela concorrência dos vinhos espanhóis e franceses, que ganharam uma importante cota de mercado em Inglaterra⁵³.

Gráfico IV – Preços do azeite em Penafiel



Fontes: A.M.P. – Livros de Estiva n.º 1 e 2

Por fim, o preço do azeite é o que mais oscila, talvez por ser dos produtos que Penafiel mais necessitaria de importar⁵⁴. A grande subida de 1808 a 1810 pode facilmente associar-se ao contexto de guerra. Os altos preços vão se manter até 1818, excetuando o ano de 1814 quando há uma grande quebra. Ao contrário de todos os outros produtos, o pico do azeite não se verifica em 1810/1811, mas sim em 1813. Facto que se justifica pela especificidade que existe na produção do azeite⁵⁵.

Os preços em Penafiel podem ainda ajudar-nos a responder a algumas questões relacionadas com a agricultura local. Observando a Tabela I em apêndice e o Gráfico III, verificamos que os preços do milho e centeio, os cereais dos pobres, foram sempre inferiores aos do trigo, o pão branco dos ricos. Isto vai ao encontro daquilo que já foi abordado anteriormente sobre a agricultura no Minho e em Penafiel: maior produção de milho e centeio, e bem menor de trigo. Os preços dos cereais não eram tabelados pela câmara, pelo que podemos considerar que representavam melhor a relação oferta/procura, sabendo já que a oferta/procura de trigo era consideravelmente inferior.

⁵¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: Vol.7: A instauração do liberalismo: (1807-1832)*.3ª Ed. Lisboa: Verbo, 1994. ISBN 9722202723, p.266-267.

⁵² SERRÃO, J. – *História de Portugal...*, *Cit.*, p. 266-267.

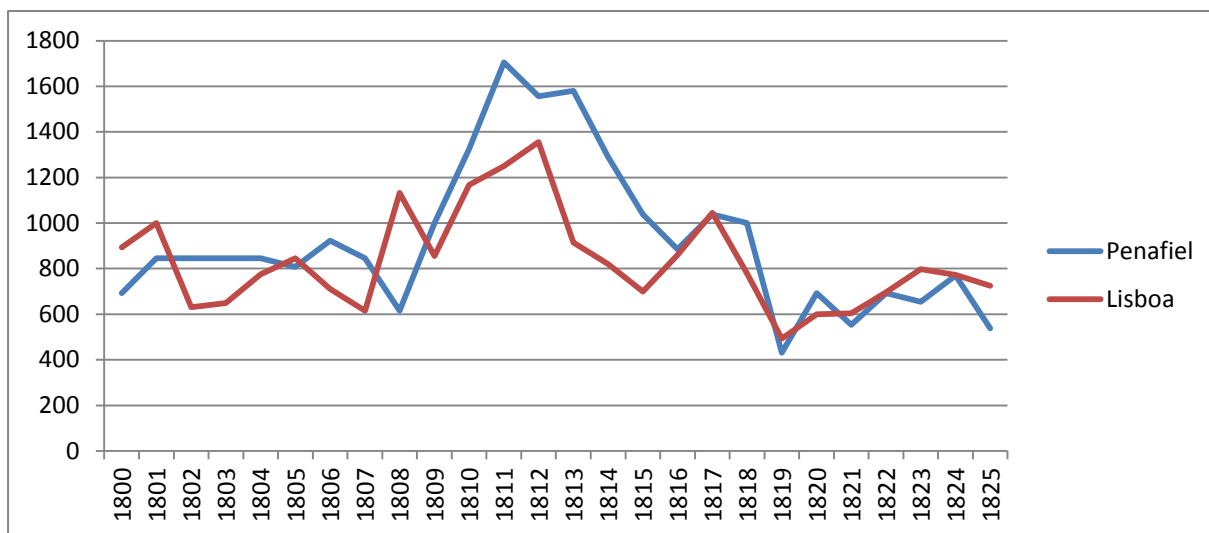
⁵³ RAMOS, R. – *Invasões Francesas, tutela...*, *Cit.*, p. 451.

⁵⁴ Em 1800 o preço médio do almude foi de 5000 reis; em 1803 custou 3840; em 1805 custou 7200; em 1810 custou 10855, mais do dobro do preço de 1800.

⁵⁵ JUSTINO, David - *A formação do espaço económico nacional: Portugal: 1810-1913, vol. II*. Lisboa: Vega, 1988-1989. ISBN 00000071596, p. 31-32.

Procedemos, em seguida, a uma análise comparada dos preços entre Penafiel e de outras localidades. Mas esta comparação de preços envolve algumas dificuldades. Ao longo de toda a Época Moderna as medidas utilizadas em Portugal não eram iguais em todas localidades, apesar das várias tentativas que houve de uniformização das mesmas. Um alqueire ou um almude em Penafiel não correspondem ao mesmo volume no Porto ou em Lisboa, apesar de ser bem mais provável que as medidas em Penafiel e Porto sejam similares, devido à proximidade geográfica entre as duas localidades. Não é significativo nem seguro que se comparem preços de terras diferentes se as medidas utilizadas não forem reduzidas a um padrão comum⁵⁶. É muito difícil encontrar fontes ou trabalhos que nos permitam ter informação segura sobre conversões de medidas, mas para Penafiel é possível reduzir as medidas à escala de Lisboa. Isto porque no *Livro das Portarias, Ordens e Provisões*, n.º 6, encontramos uma referência a um Auto de Estiva que se realizou em Penafiel no dia 21 de Fevereiro de 1811, onde se comparou a medida do alqueire e do almude de Penafiel com os respetivos de Lisboa: «(...) medindo-se cem alqueires de milho pelo tacho deste concelho, tornando-se a medir pelo tacho de Lisboa (...) achou que produziu o milho cento e trinta alqueires pela sobredita medida de Lisboa: e medindo-se cem almudes de vinho, produzirão pelo padrão de Lisboa cento e quarenta e quatro (...)»⁵⁷. Temos assim os elementos para reduzir o volume do alqueire e do almude de Penafiel à escala de Lisboa: 1 alqLis = 0.767 alqPen e 1 almLis = 0.694 almPen. Os gráficos V, VI e VII demonstram a comparação de Penafiel com Lisboa para o trigo, milho e azeite, com a conversão feita ao padrão de Lisboa. E numa primeira análise podemos desde logo constatar que os preços não estão tão afastados quanto se poderia pensar.

Gráfico V – Preço do trigo em Penafiel e Lisboa



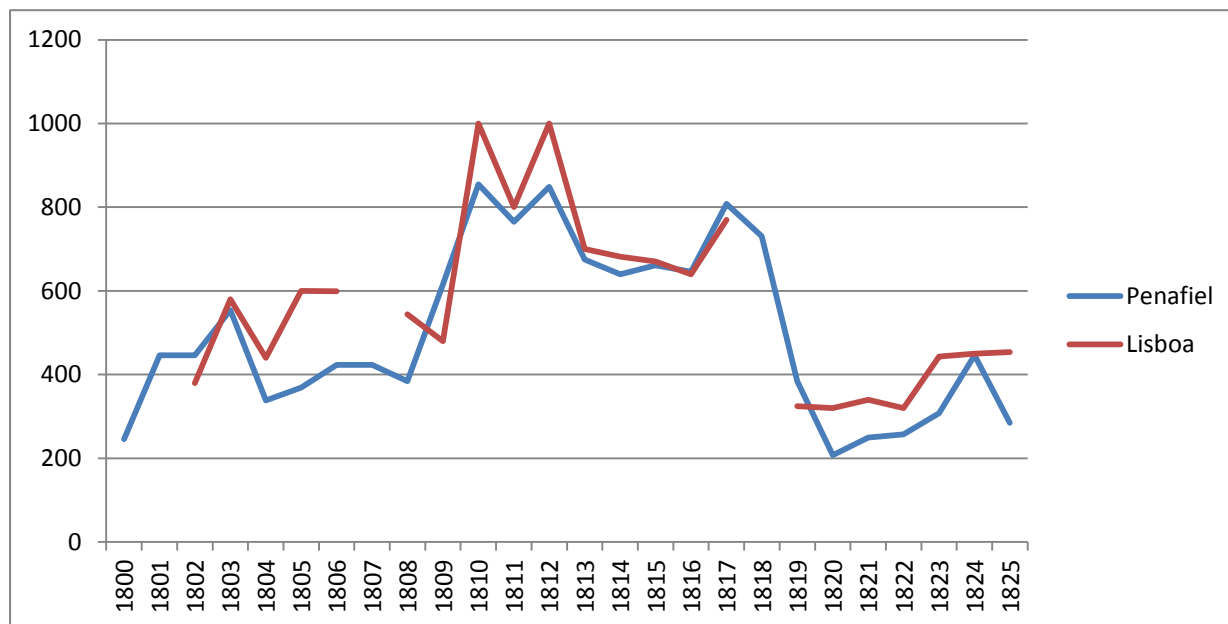
Fontes: A.M.P. – *Livros de Estiva n.º 1 e 2* e Godinho, V. - *Prix et...., Cit.*

⁵⁶ MACEDO, Jorge - *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Querco, 1982, p. 157-159.

⁵⁷ A.M.P. - *Livros de Ordens...*, *Cit.*, fls. 123v – 124.

O trigo tem um preço geralmente mais alto em Penafiel, enquanto o do milho é mais elevado em Lisboa na maior parte do tempo. Isto é justificável com o que já foi referido: Penafiel encontra-se numa região produtora de milho e Lisboa é facilmente abastecida de trigo pelo mar a menor preço.

Gráfico VI – Preço do milho grosso em Penafiel e Lisboa



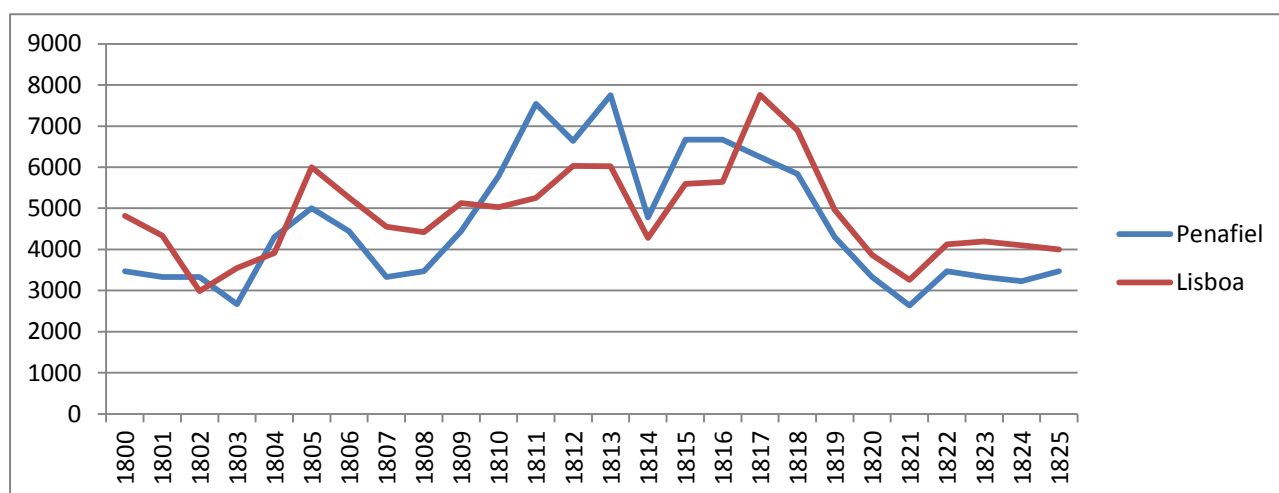
Fontes: A.M.P. – Livros de Estiva n.º 1 e 2 e Godinho, V. - Prix et..., Cit.

Aurélio de Oliveira enumera alguns períodos em que o preço de Lisboa não acompanhou a tendência nacional devido à sua facilidade de acesso ao mar, citando inclusive Acúrsio das Neves, segundo o qual a situação de Lisboa é completamente diferente do resto do território, logo não se pode usar a capital como referencial⁵⁸. Mas no período que este trabalho compreende isso não se verifica de forma tão clara. O trigo foi mais barato em Penafiel em 10 dos 26 anos, e o milho foi mais caro em Lisboa para quase todos os anos de que temos registos nessa cidade. Não foi certamente por excesso de produção em Penafiel, porque sofreu os já referidos constrangimentos. Por dificuldades de abastecimento de Lisboa? Talvez, mas para melhor perceção desta questão seria ideal uma comparação com maior abrangência cronológica, mas tal não é possível para períodos anteriores a 1800, devido à inexistência de informação nas fontes de Penafiel.

Parece-nos evidente que pelos preços e pelas *Memórias Paroquiais* referentes ao azeite, Penafiel teria de importar grandes quantidades, ainda assim em menor quantidade comparativamente a Lisboa. A mesma situação de dependência mas em realidades bem diferentes, e ainda assim os preços não estão tão afastados quanto isso.

⁵⁸ Cf. OLIVEIRA, A. - Mercados a norte..., Cit., p. 122-124.

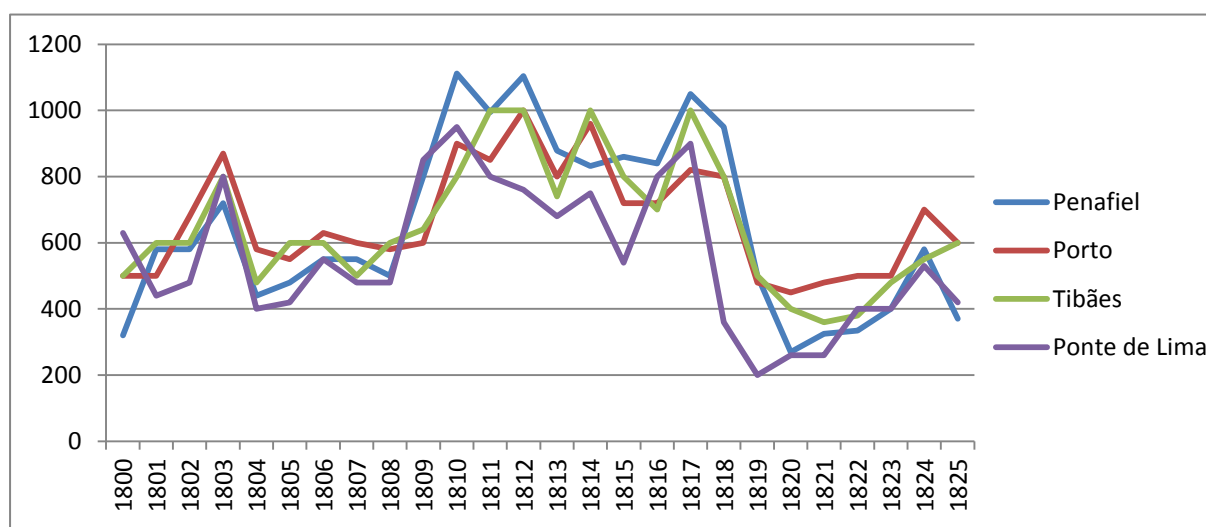
Gráfico VII – Preços do azeite em Penafiel e Lisboa



Fontes: A.M.P. – Livros de Estiva n.º 1 e 2 e Godinho, V. - Prix et...,Cit.

Além da proximidade com Lisboa, podemos verificar que os preços de Penafiel seguem de perto as oscilações dos preços das outras localidades do norte (Porto, Tibães e Ponte de Lima), mas também com as localidades mais a sul (Viseu, Coimbra e Lisboa). Uma proximidade com as terras do norte é natural, porque Penafiel está inserido no circuito comercial a norte do Douro, que opera em função do Porto, e no que à agricultura diz respeito é abastecido essencialmente pela província. Mas mesmo comparando com as localidades mais afastadas de Penafiel, a curva das variações dos preços é, no geral, idêntica nas subidas e descidas. Este mercado nortenho não é fechado, e os preços em Penafiel refletem também a tendência geral nacional.

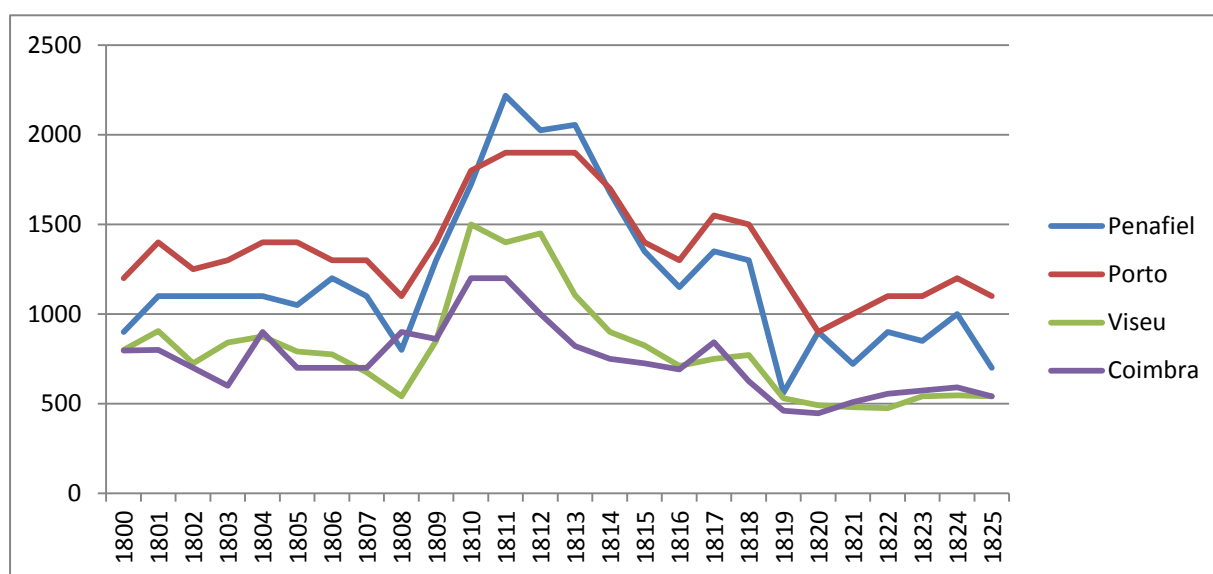
Gráfico VIII – Preços do milho em Penafiel, Porto, Tibães e Ponte de Lima



Fontes: A. M. P. – Livros de Estiva n.º 1 e 2; OLIVEIRA, A. - Elementos para...,Cit., e REIS, A. - O preço dos...,Cit., p. 9-12; Godinho, V. - Prix et...,Cit.

Comparando mais especificamente com o Porto, podemos constatar pelos gráficos VIII, IX e X que a tendência é quase a mesma para todos os produtos. Normalmente começam mais altos no Porto, até que a conjuntura criada pela 2ª Invasão Francesa altera a situação, tornando os preços dos cereais em Penafiel mais elevados. Isto também se vai passar relativamente a Tibães, entre 1810 e 1813. Partindo do princípio de que os volumes das medidas eram idênticos⁵⁹, poderíamos considerar a possibilidade de Penafiel deixar de abastecer a cidade do Porto momentaneamente, e que o oposto tivesse lugar, ou seja, que se abastecesse pelo cereal do mar. Entre 1806 e 1812 entraram no Porto mais de uma centena de navios que carregavam cereais⁶⁰. Se estes fizeram o percurso inverso para Penafiel é difícil saber, mas é uma possibilidade dado que os preços nas outras terras do Minho aparecem-nos também mais elevados do que os do Porto.

Gráfico IX – Preços do trigo em Penafiel, Porto, Viseu e Coimbra



Fontes: A. M. P. – *Livros de Estiva n.º 1 e 2*; Godinho, V. - *Prix et...Cit.* AMORIM, Inês, et. al. - *Prices, Wages...*, *Cit.*

Podemos também constatar que Penafiel regista a maior variação de preços. Apesar de não termos os dados necessários para comparar todas as localidades, podemos ver o quanto os preços variaram em relação ao valor médio do período estudado. Com a exceção do vinho verde, Penafiel teve as maiores variações nos cereais e azeite⁶¹.

Como já foi referido, em 1809 temos uma grande subida nos preços de cereais que seguramente colocou sérias dificuldades às populações de Penafiel. Contudo, entre 1800 e 1825 os *Livros de Vereação* da Câmara de Penafiel não contêm referências a dificuldades de abastecimento de cereais, a tumultos ou fomes por falta de pão, o que não deixa de causar alguma estranheza. No couto de Alhadas, onde a oscilação de preços foi menor do que a verificada em Penafiel, as populações revoltaram-se contra o pagamento das

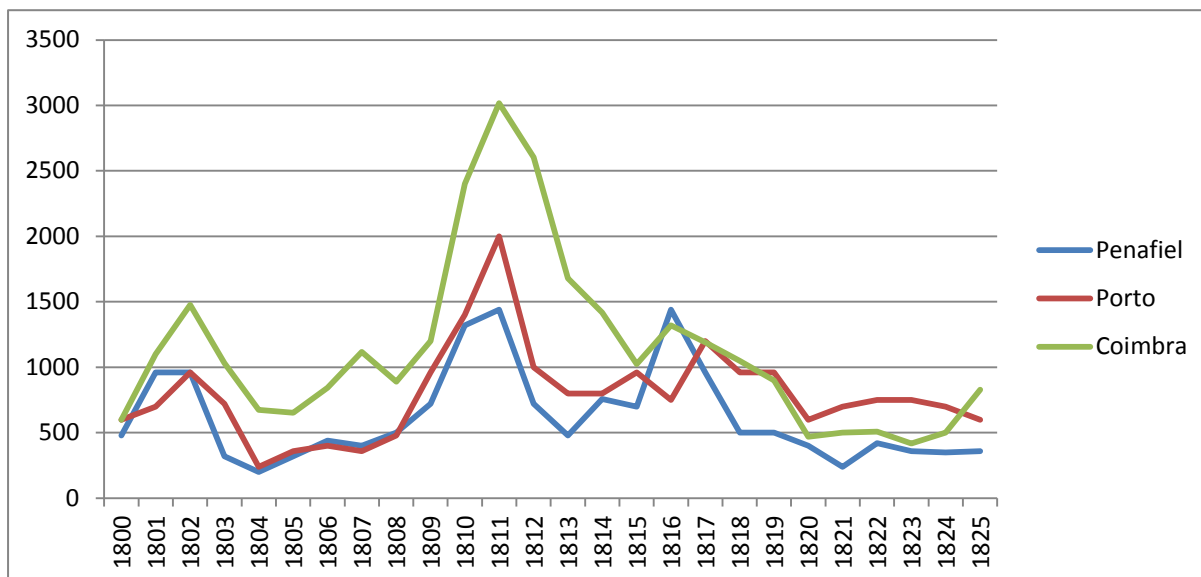
⁵⁹ Em 1857 o alqueire no Porto equivalia 17,795 litros e em Ponte de Lima 17,125. Não creio que tenha sido consideravelmente diferente nas cinco décadas anteriores. REIS, A. - *O preço dos cereais...*, *Cit.*, p. 6.

⁶⁰ MACEDO, Jorge - *O bloqueio continental: economia e guerra peninsular*. 2ª Ed. Lisboa: Gradiva, 1990. ISBN 9726621585, p. 73-89 e 113-126.

⁶¹ Desvios de padrão: trigo: Penafiel 427, Porto 280, Tibães 369, Ponte de Lima 255, Coimbra 197, Lisboa 215, Évora 279; centeio: Penafiel 259, Porto 199, Tibães 264, Ponte de Lima 217, Coimbra 230; milho: Penafiel 263, Porto 163, Tibães 196, Ponte de Lima 212, Coimbra 132; azeite: Penafiel 2228, Porto 1742, Coimbra 1139, Lisboa 1113; vinho verde: Penafiel 357, Porto 361, Coimbra 665.

prestações senhoriais, sendo necessária a intervenção do exército. Este é apenas um exemplo, num período em que o reino estava mergulhado num clima de insegurança muito grande⁶². Até porque, segundo Aurélio de Oliveira, “O pão é o produto mais seriamente vigiado e controlado pelos municípios” e que “as numerosas *respublicas* municipais estabeleceram verdadeiras fronteiras internas”⁶³.

Gráfico X – Preços do vinho verde em Penafiel, Porto e Coimbra



Fontes: A. M. P. – *Livros de Estiva n.º 1 e 2*; Godinho, V. - *Prix et...*, *Cit.*; AMORIM, Inês, et. al. - *Prices, Wages...*, *Cit.*

Já no que toca a carne, vinho ou azeite, não faltam interferências. No período mais crítico, entre 1810 e 1813, encontramos várias referências sobre abastecimento destes géneros nas atas de vereação. Normalmente eram queixas dos mercadores que pediam um aumento das posturas destes bens, devido ao cada vez maior custo para os trazer para o concelho. A Câmara ia acedendo aos pedidos, mas os aumentos de preços nunca eram suficientes para os mercadores, daí que as atualizações fossem constantes. Os contínuos aumentos num curto espaço de tempo (entre 31 de dezembro de 1809 e 31 de agosto de 1812) chegaram a significar a passagem para o dobro ou triplo em alguns dos produtos, da mesma forma que a partir de 1812/1813 os preços descem também a bom ritmo, sempre por intervenção da Câmara⁶⁴. Ora, é este tipo de controlo que não encontramos sobre os cereais, num período de forte oscilação dos preços e que poderia resultar facilmente numa grande escassez e fome. Isto não implica falta de zelo camarário, mas provavelmente pretendia evitar que o controlo dos cereais pudesse perturbar a sua circulação, provocando dificuldades nos abastecimentos.

⁶² NETO, Margarida Sobral – *Terra e Conflito: região de Coimbra, 1700-1834*. Viseu: Palimage Editores, 1997. ISBN 972-97292-0-4, p. 335-351.

⁶³ OLIVEIRA, Aurélio – *O Pão e o Vinho...*, *Cit.*, p. 46-48.

⁶⁴ BARBOSA, J. - *A Câmara...*, *Cit.*, p.13-14 e anexos: tabela VIII.

Conclusão

Os preços dos aqui analisados seguem uma tendência geral de subida entre 1809 e 1810. O trigo tem uma estagnação em alta entre 1811 e 1813, descendo a partir de 1814. No milho e centeio a estagnação dura até 1818. A estagnação em alta do azeite prolonga-se de 1810 a 1818. O vinho verde tem três picos, em 1801/02, 1810/11 e 1816. A partir de 1819 os preços atingem os mínimos da série, e é neste contexto que a Revolução Liberal ocorre, num ano de baixa de preços particularmente lesiva para mercadores e produtores de excedentes.

Enquadrando os preços com outras fontes pudemos clarificar um pouco mais o setor produtivo da terra, em particular em relação aos produtos aqui abordados. Penafiel tinha as suas especificidades internas, mas claramente seguia a tendência produtiva da região do Entre Douro e Minho.

Creio que fica também mais clara a situação e importância de Penafiel no mercado “do Norte”, enquanto localidade produtora e abastecedora na região, em especial para a cidade do Porto. A proximidade de Penafiel com Tibães e Ponte de Lima pode ser vista pelas variações de preços, mas provavelmente também ao nível dos preços, apesar de não podermos confirmar a capacidade real das medidas. A comparação feita em particular com a cidade de Lisboa evidencia que os preços de uma região produtora e uma outra altamente consumidora não estão tão afastados quanto isso, tendo em conta as especificidades do abastecimento e os privilégios que Lisboa usufruía.

Ficou também demonstrado que apesar da Câmara de Penafiel não se ter coibido de usar o seu poder para controlar os preços de vários produtos, essa interferência nunca chegou ao pão, que conseguiu assim estar mais próximo dos preços de mercado, enquanto o vinho e o azeite foram constantemente tabelados e comercializados dessa forma.

Apesar das diferenças geográficas e das implicações que estas trazem, podemos concluir que os preços praticados em Penafiel seguem assim o panorama regional e nacional, com a particularidade da não intervenção da Câmara no preço do pão.

Apêndices

Tabela I - Preços mínimos, médios e máximos anuais do trigo, centeio, milho grosso, azeite e vinho verde em Penafiel (1800-1825)

	Trigo			Centeio			Milho grosso			Azeite			Vinho verde		
	Mín	Méd	Máx	Mín	Méd	Máx	Mín	Méd	Máx	Mín	Méd	Máx	Mín	Méd	Máx
1800	800	900	1000	460	540	560	300	320	400	4800	5000	5200	440	480	520
1801	1000	1100	1200	600	650	700	520	580	600	4800	4800	5000	900	960	1000
1802	1000	1100	1200	600	650	700	520	580	600	4800	4800	5000	900	960	1000
1803	1000	1100	1200	700	750	800	700	720	750	3800	3840	4000	300	320	360
1804	1000	1100	1200	600	600	650	440	440	480	6000	6200	6400	200	200	300
1805	1000	1050	1200	600	670	700	440	480	520	7000	7200	7600	300	320	400
1806	1150	1200	1250	550	620	650	500	550	600	6000	6400	7000	400	440	480
1807	1000	1100	1200	600	650	700	500	550	600	4600	4800	5000	300	400	460
1808	800	800	860	480	500	550	480	500	580	4800	5000	6000	480	500	600
1809	1200	1300	1400	700	800	880	750	800	900	6000	6400	6800	680	720	800
1810	1440	1722	2000	960	1197	1500	700	1111	1600	7680	8330	10000	1200	1320	1400
1811	2000	2217	2400	1000	1230	1300	800	994	1200	10560	10855	12480	1440	1440	1440
1812	1800	2024	2400	1100	1213	1300	1000	1103	1250	7680	9557	12000	720	720	720
1813	1600	2054	2400	750	948	1200	700	878	1000	7800	11158	12000	480	480	480
1814	1500	1678	1800	650	799	900	750	832	1050	5800	6878	7600	650	673	720
1815	1200	1350	1500	680	800	850	660	860	950	7400	9600	10000	580	700	850
1816	1100	1150	1300	680	780	800	680	840	880	8600	9600	10000	600	1440	1600
1817	1250	1350	1560	750	800	1000	700	1050	1150	8900	9000	9500	600	960	1200
1818	1150	1300	1400	500	950	1020	550	950	1150	8000	8400	9000	460	500	600
1819	550	560	600	340	650	720	400	500	530	6000	6200	6800	480	500	600
1820	800	900	950	240	330	370	255	270	340	4600	4800	5400	200	400	960
1821	700	720	800	250	260	270	290	325	395	3600	3800	4000	200	240	280
1822	850	900	1000	320	335	480	330	335	370	4800	5000	5600	400	420	460
1823	800	850	1150	360	500	600	380	400	520	4600	4800	5000	350	360	400
1824	800	1000	1200	420	550	610	520	580	750	4500	4650	7200	300	350	400
1825	600	700	1200	380	400	520	350	370	610	4000	5000	6900	320	360	480

Fontes: A. M. P. – Livros de Estiva n.º 1 e 2.

Nota Biográfica

José Luís dos Santos Barbosa, nasceu a 10 de outubro de 1988, em Paredes. É licenciado em História e Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Neste momento é mestrando em História Moderna na mesma instituição de ensino.

Referência bibliográfica, deste artigo, nestas atas:

BARBOSA, José Luís dos Santos - Alguns preços de géneros em Penafiel nos inícios do séc. XIX (1800-1825). I SEMINÁRIO: *PENAFIEL E PENAFIDELENSES NA HISTÓRIA*.- Atas. Penafiel: Amigos do Arquivo de Penafiel, ISBN: 978-989-207084, 2016.